



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR: POLÍTICAS PÚBLICAS

Autores: ADRIANA LOPES MARTINS, FERNANDA SOARES DA SILVA, TALLIANE OLIVEIRA SILVA, DANIELLE FERREIRA

Introdução: Este artigo apresentará a temática da Educação Inclusiva no ensino regular. **Objetivo:** Apresentar as diversas políticas públicas internacionais e nacionais (brasileiras) que amparam os direitos dos alunos deficientes. **Método:** Para a escrita deste artigo, além da utilização das políticas públicas internacionais e nacionais (brasileiras), nós utilizamos nossa experiência enquanto professoras no Estágio – Regência na Educação Básica Regular, o qual possibilitou o contato direto com esses alunos mediante a teoria e a realidade da Educação Inclusiva. **Resultados:** Foi constatado que a inserção dos alunos surdos, cegos, autistas, entre outros, no contexto regular de ensino aumentou devido a Educação Inclusiva. Há muitas políticas públicas internacionais e nacionais (brasileiras) que amparam esses alunos e procuram promover melhores condições de ensino para os mesmos, por exemplo, a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002; Declaração de Salamanca (1982); Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência (1982); Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069/90 (1990); Portaria nº 1793/94 (1994a), entre tantas outras. **Conclusão:** Concluimos este artigo ressaltando a importância da Educação Inclusiva no contexto regular de ensino e, o quanto essa educação é abarcada por diversas políticas públicas internacionais e nacionais. Porém, a realidade dessa educação se difere da teoria encontrada nessas políticas, pois muitas das obrigatoriedades e direitos dos alunos com alguma deficiência não são cumpridos.